
CONFLITOS EM TORNO DO EXTRATIVISMO

DA MANGABA EM SERGIPE:

O CASO DO POVOADO PONTAL*

MARIA MARGARETTE LISBOA ROCHA**, DALVA MARIA DA MOTA***, HERIBERT SCHMITZ****, GLAUCIA MACEDO SOUSA*****

Resumo: o artigo analisa os conflitos sociais decorrentes das disputas pelo acesso às plantas para o extrativismo da mangaba. As conclusões mostram que: o principal motivo dos conflitos é o impedimento ao acesso livre às plantas como tradicionalmente realizado; predominam os conflitos entre catadoras e atores externos; e o extrativismo tem sido re-significado com o estabelecimento de novas relações.

Palavras-chave: Mulheres. Extrativistas. Conflitos Sociais.

Neste artigo tratamos dos conflitos que têm sido vivenciados por grupos sociais em torno do extrativismo da mangaba, particularmente, pelas mulheres extrativistas autodesignadas catadoras de mangaba que vivem na restinga e nos tabuleiros costeiros de Sergipe.

O tema dos conflitos envolvendo mulheres extrativistas no espaço rural tem sido analisado em diversos contextos e lugares no Brasil, como as marisqueiras na fronteira do litoral paraibano e pernambucano (FADIGAS; GARCIA; HERNANDEZ, 2008); as mulheres nos castanhais e nos seringais do Acre e do Amapá (SIMONIAN, 2001); as quebradeiras de

* Recebido em: 06.02.2015 Aprovado em: 20.03.2015. Pesquisa financiada com recursos do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e da Universidade Federal do Pará (UFPA).

** Mestre em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável; PPGAA/UFPA, Belém-PA. E-Mail: margaretteliro@hotmail.com.br.

*** Doutora em Sociologia, pesquisadora da Embrapa Amazônia Oriental, Belém-PA, bolsista de produtividade do CNPq. E-mail: dalva.mota@embrapa.br.

**** Doutor em Sociologia Rural, professor de Sociologia da UFPA, Belém-PA, bolsista de produtividade do CNPq. E-mail: heri@amazonet.com.br.

***** Mestre em Ciências Sociais; PPGCS/UFPA, Belém-PA. E-Mail: glauciarusso@ymail.com

coco babaçu no Maranhão (LAGO, 2002; FIGUEIREDO, 2005); as quebradeiras de licuri no semi-árido baiano (OLIVEIRA, 2009); as extrativistas da piaçava no litoral norte baiano (ANDRADE et al., 2003) e; os gerazeiros no norte de Minas Gerais (LIMA, 2008).

Os conflitos em torno do extrativismo da mangaba são vivenciados no Nordeste, Norte e Sudeste do Brasil, particularmente porque o acesso às plantas pelas extrativistas tem sido impedido. Nas áreas privadas, onde o acesso anteriormente era livre, a entrada foi proibida ou restrita. Muitas áreas têm sido cercadas e as árvores cortadas para dar lugar a monocultivos (cana, coco, eucalipto e soja), viveiros de camarão, condomínios e infraestruturas turísticas, dentre outros (SANTOS, 2007; PEREIRA, 2008; LIMA, 2008; FERNANDES, 2011; MOTA et al., 2011).

Somente no Estado de Sergipe, os conflitos totalizavam 14 tipos envolvendo catadoras de mangaba, proprietários de terra e responsáveis por sítios devido ao impedimento de acesso às plantas para a prática do extrativismo no período de 2007 a 2009. Schmitz et al. (2010) analisaram e tipificaram os conflitos, classificando-os em quatro tipos segundo os principais atores envolvidos, quais sejam: catadoras de mangaba e atores externos aos seus lugares de pertencimento. Não obstante, resta o desafio quanto a caracterizar e refletir sobre a vivência cotidiana das catadoras de mangaba sob a condição de conflito, particularmente onde as evidências do acirramento são mais intensas após a fundação do Movimento das Catadoras de Mangaba (MCM), em 2007.

Tendo em conta esse quadro, a pergunta que orienta as nossas reflexões neste artigo é: como os diferentes atores sociais lidam com os conflitos decorrentes das disputas pelo acesso às plantas nas quais as catadoras de mangaba praticam o extrativismo no Povoado Pontal?

A pesquisa foi realizada por meio de um estudo de caso realizado no Povoado Pontal, Indiaroba, Estado de Sergipe, entre os anos de 2010 e 2011. Foram entrevistadas 52 pessoas, entre as quais 42 catadoras de mangaba, 4 proprietários de terra, 3 líderes de organização local e 2 caseiros. Observações e participação em eventos de organizações e nas atividades diárias das catadoras também constaram dentre os procedimentos.

O artigo está estruturado em quatro partes: introdução, descrição do campo de pesquisa (lugar e meios de vida das catadoras de mangaba), identificação e análise dos conflitos (atores envolvidos, suas estratégias para lidar com os conflitos e interesses) e conclusões.

O POVOADO PONTAL

O Pontal¹ é uma localidade litorânea situada às margens do Rio Real no sul de Sergipe e muito próximo do oceano atlântico. A história oral registra que o povoamento inicialmente foi feito por pescadores que ali erguiam cabanas para repouso ocasional entre os períodos de pesca, há aproximadamente um século. A possibilidade de obtenção de produtos do extrativismo (pesca e coleta no manguezal e frutos nos tabuleiros) aliada à dificuldade de obtenção de áreas nas regiões mais agrícolas influenciou para que grupos, predominantemente negros advindos do trabalho na cana de açúcar nas grandes propriedades, ali fixassem residência e desenvolvessem práticas aliadas ao extrativismo, dentre as quais, o da mangaba. Em consequência, o Pontal se notabiliza pela incidência de áreas bem conservadas de mangabeiras, principal recurso para a prática do extrativismo pelas mulheres.

O Pontal é uma vila caracterizada como “praeira” e habitada por famílias cujos membros são dedicados a inúmeros afazeres como o extrativismo, assalariamento temporário,

pequenos negócios, dentre outros. A região do Pontal é de grande beleza cênica que, mais recentemente, foi incorporada à rota do turismo com a construção da Rodovia Linha Verde entre Sergipe e Bahia (BA-099) como parte das ações de política pública lideradas pelo Programa Nacional de Desenvolvimento do Turismo (Prodetur) (PEREIRA, 2008).

O Pontal está organizado por duas ruas principais, paralelas, das quais derivam as demais. A primeira, conhecida como *Rua da frente* ou Francisco Alves Torres, situa-se em frente ao Rio Real. A segunda, também chamada *Rua de trás*, tem dois nomes: Rua do Campo e Rua da Alegria. Perpendicularmente a estas ruas, estão as Ruas do Cemitério, das Mangabeiras e da Escola. No caso da Rua das Mangabeiras, a grande incidência de plantas no passado influenciou para que assim fosse conhecida. Consideramos esta rua como uma espécie de divisor entre o arruamento e as plantas, nas quais, muitos dos que ali vivem, praticam o extrativismo. É também aí que se localizam as casas das catadoras de mangaba que mais recentemente chegaram ao Pontal. É na *rua da frente* que encontramos as casas dos mais abastados, chamadas também de casas de veraneio porque é no verão que funcionam em toda a sua potencialidade.

As interações entre os moradores das casas de veraneio e as catadoras de mangaba se dão pela prestação eventual de serviços domésticos ou em negociações para o acesso às mangabeiras. Entre as pessoas do próprio povoado, se tecem nas relações de vizinhança, nos eventos religiosos locais e nas atividades de trabalho, principalmente do extrativismo da mangaba nas áreas de acesso livre. Mais recentemente, entretanto, essas relações sofrem transformações em decorrência das tensões vivenciadas em torno do acesso aos recursos que tem sido fechado paulatinamente em virtude do cercamento e corte das plantas para o uso da área com a agricultura, viveiros de camarão e infraestruturas turísticas e de veraneio. Mediante a restrição, os conflitos se acirram principalmente entre as catadoras de mangaba e agentes externos, mas também entre conhecidos que trabalham como caseiro.

CONFLITOS EM TORNO DO EXTRATIVISMO DA MANGABA

Neste artigo partimos do pressuposto de que o conflito é parte da vida social, como mostram os estudos de Simmel (1983[1908]), Coser (1996) e Schmitz et al. (2010). Nem por isso, deixa de ser doloroso e motivo de tensão entre as partes.

Optamos pela descrição dos conflitos mais frequentemente identificados para mostrar as suas especificidades, agrupando-os em dois grandes grupos: i) conflito entre catadoras de mangaba e proprietários ou responsáveis pelo estabelecimento; e ii) conflitos entre as catadoras de mangaba. Classificamos os conflitos ainda segundo seu “nível de ação social” e o estágio de escalação.

Distinguimos os seguintes “níveis de ação social”: i) local ou seja, esfera microsso-cial de interconhecimento (no âmbito da comunidade e do povoado); ii) estadual, ou seja, esfera mesossocial que nem sempre permite as relações diretas, mas necessita frequentemente a comunicação por meio de mediadores, mesmo num estado pequeno como Sergipe; e iii) nacional (país), ou seja, esfera macrossocial, na qual várias instâncias estão entrelaçados e a comunicação se realiza de forma mais complexa, especialmente pelo envolvimento da mídia de massa (SCHMITZ, 2005).

Os conflitos têm uma dinâmica própria que muda a forma e a intensidade dos mesmos, expressa pelo grau de escalação. A escalação significa que o conflito aumenta na sua

tensão e seus efeitos, o que pode ser tipificada numa escala de diferentes estágios (GLASL, 1997; SCHMITZ, 2005) que podem ser classificados, para este caso, como: i) baixo (quando existem alertas, ameaças indiretas entre os envolvidos); ii) médio (quando o confronto é aberto, as ameaças são diretas e existem agressões verbais e enfrentamentos); e iii) alto (quando existe violência física, ameaça de morte e assassinato).

Para efeito deste artigo, entendemos o conflito social como uma interação entre atores na qual pelo menos um deles vivencia incompatibilidades no pensamento, na representação, na percepção, no sentimento ou no querer com outro ator, assim, que a ação de um ator social sofre algum impedimento a partir da ação de outro ator social (GLASL, 1997).

O contexto de análise é marcado pela preexistência de um sistema de acesso aos recursos naturais para a prática do extrativismo regular ou ocasional em áreas de livre acesso nos denominados terrenos de *heréu*² ou em alguma propriedade já demarcada por cerca naquele tempo (*tempo dos antigos*)³. Nestas últimas, havia uma permissão simbólica dada pelo *tomador de conta* ou pelo próprio proprietário da terra, sistema que subsistiu em alguns casos naquela localidade (MOTA; SILVA JUNIOR; GOMES, 2003; SILVA JUNIOR; MOTA; GOMES, 2003), mas que entra em questionamento recentemente. Expressão desta situação é a constatação que de um total de 31 propriedades com mangabeiras no Pontal, a entrada das catadoras para a coleta está proibida em 18 (58%), inclusive com ameaças de violência física em quatro delas. Em nove (30%), a entrada é permitida. Em três propriedades (10%), mangabeiras foram cortadas em 2010 para evitar a entrada das catadoras ou para desenvolver outra atividade. Em uma propriedade, não foi obtida informação.

Conflitos entre Catadoras de Mangaba, Proprietários de Terra e Caseiros

Os conflitos entre catadoras, caseiros e proprietários foram identificados em três propriedades onde ocorre a recente proibição do extrativismo da mangaba.

Estabelecimento Taboquinha

Taboquinha é um estabelecimento agrícola que situa-se nas proximidades do cemitério e da Rua da Mangabeira, próximo das residências e com fácil acesso para todas as catadoras que ali residem. A área tem 6ha ocupados com mangabeiras, mangueiras e coqueiros e pertence a um advogado de aproximadamente 55 anos que mora em Salvador e que frequentemente ia ao Pontal porque tinha uma casa lá.

Nesse caso, as relações de conflito se deram a partir do contato das catadoras com o caseiro que administrava o estabelecimento e morava no Pontal. Segundo os entrevistados, uma parte da cerca de arame farpado do estabelecimento tinha caído, mesmo assim, ninguém devia entrar porque o caseiro estava sempre vigiando a área e disseminando “recados” de proibição da entrada para amedrontar e evitar confrontos pessoais⁴. Ocorre que mediante inexistência de cerca, quatro catadoras entraram na área e coletaram mangaba.

O conteúdo da discórdia é o comportamento do caseiro na tentativa de impedimento do acesso às plantas e nas acusações de “ladras” às catadoras consideradas “mais ousadas”⁵ que entraram no estabelecimento nos horários em que pensavam que ele estava ausente. Elas evidenciam com isso, a opção por não se opor abertamente ao caseiro, mas colocar em prática iniciativas individuais e sorrateiras de resistência entrando no estabelecimento quando o caseiro não está.

As catadoras entrevistadas afirmaram que em algumas situações foram tomadas de surpresa quando encontraram o dono ou o caseiro no estabelecimento porque uma das estratégias deste último é esconder-se nas mangabeiras, armado, observando a entrada delas. Segundo uma entrevistada, “ele fica o tempo todo na área, sobe nas mangabeiras para vigiar, quer chova quer faça sol” (E.M., catadora, 27 anos).

Segundo R.S. (37 anos, catadora), durante a safra de verão de 2008/2009, ela estava na área com o seu filho e outra pessoa para coletar mangaba e o caseiro se aproximou deles. Os dois correram e a deixaram sozinha, ocasião em que teve o seguinte o diálogo:

Caseiro: Já disse a vocês que não quero ninguém aqui dentro. Não sou eu não, é o dono que não quer.

Catadora: Você sabe o que acontece com quem é cabueta⁶? O senhor é muito puxa-saco.

[Ele se dirigiu para ela e tomou os dois baldes cheios de mangaba]

Caseiro: Se quiser vá buscar lá em casa!

[Toda vez que eu lembrava, começava a chorar. Então pensei: Não vou dar o gostinho a ele e fui a casa do caseiro buscar os baldes com as frutas. Quando cheguei na frente da casa dele percebi que tinha tanta gente na porta.....Aí, ele aproveitando a presença de várias pessoas falou].

Caseiro: Eu cheguei e estava essa lá, tirando no sítio dos outros.

Mulher do caseiro: Não é não nega, é porque o dono não quer que ninguém entre no sítio. E quem ele pegasse ia pagar por todos.

Catadora: Eu não estava na área não, é porque eu estava tirando no sítio vizinho e ia caindo na outra área.

Caseiro: É, dessa vez eu vou deixar prá lá, de outra não tem pedido.

O diálogo reconstituído nos permite analisar relações que têm sido estabelecidas entre pessoas que partilham uma vida social, mas que se distinguem por terem diferentes posições numa dada conjuntura. A atitude do caseiro ao tomar os frutos e condicionar a entrega na sua casa e na presença de outras pessoas (provavelmente por ele mobilizadas) assume caráter de demonstração de força para inibir a entrada no estabelecimento pelas demais, mediante a possibilidade de humilhação que poderá ser sofrida por aqueles que desrespeitarem a ordem. Em paralelo, a esposa do caseiro afirma que apenas seguem ordens, tentando suavizar a situação. As atitudes do casal corroboram tanto para manter uma ordem imposta por um ator externo (o dono do estabelecimento) como para manter as relações tecidas localmente entre os que se conhecem. Em uma ou outra condição, a interdição do acesso é defendida.

Outras situações de enfrentamento na propriedade Taboquinha também são relatadas por R.S. (37 anos, catadora), que afirmou que o seu cunhado, aproveitando um momento de ausência do caseiro, coletou mangaba. Quando o caseiro chegou, se aproximou e tomou os frutos. O rapaz se sentindo desrespeitado, foi em casa, pegou um facão e foi buscar os frutos apreendidos na casa do caseiro, trazendo-os de volta.

No Pontal, outras estratégias são postas em prática, tanto pelas catadoras, quanto pelo caseiro como é o caso da desvalorização recíproca através de boatos. As catadoras comentam as atitudes do caseiro em diferentes espaços e grupos, denominando-as de agressivas, violentas e inadequadas, por defender um bem que não é dele. A crítica ampara-se em compreensões de que as plantas pertencem a todos e que o ir e vir, naquele território, é um direito historicamente conquistado. Assim, o caseiro é a representação de uma negação instituída por um agente externo que influencia numa nova ordem. Por sua vez, o caseiro anuncia em pequenos grupos no povoado que galhos das mangabeiras são quebrados por catadoras que entram com seus filhos, sem permissão, e que também desperdiçam muito deixando frutos verdes no chão.

Nos dois casos, os boatos cumprem o papel de formar as opiniões, os medos e o pensamento de cada uma das partes em relação a uma situação considerada tensa. É um modo indireto de dialogar, com menor tensão, via terceiros sem enfrentamento direto das partes.

Em relação ao papel do caseiro na repressão à entrada na propriedade, uma catadora afirmou que ele age como “se ele fosse dono” (R.S., catadora, 37 anos). Para ela, o fato de ser dono daria direito ao empecilho. Esta não é uma compreensão partilhada por todas, uma vez que para a maioria das catadoras, as árvores não têm dono porque não foram plantadas por ninguém. Compreensão semelhante foi analisada por Cardoso (2008) na assertiva de que “alguém somente pode dizer que é seu algo dado pela natureza, com sua intervenção, quando ele planta, cultiva, ou seja, quando existe a expressão do trabalho”.

Pelas características apresentadas, o conflito no estabelecimento Taboquinha pode ser classificado em grau de escalação médio, porque envolve confronto aberto no estabelecimento e ameaças diretas com agressões verbais. Em relação ao nível de ação social é local, porque envolve diretamente os habitantes de uma comunidade. O seu conteúdo fomenta as ações desenvolvidas pelas catadoras estadual e nacionalmente.

Estabelecimento Maravilha

Segundo informações do caseiro e uma liderança local, a propriedade de 4ha pertence há 20 anos à família do dono do cartório de um município vizinho. A área fica na beira do mangue, numa extremidade do Pontal. Segundo o caseiro, apenas um dos filhos do proprietário visita o Pontal para ver amigos, mas não entra em contato com ele, ficando o estabelecimento sob a sua responsabilidade e de sua esposa há 10 anos, motivo pelo o qual se consideram posseiros. O caseiro tem 69 anos de idade e é nativo do povoado. Ele pesca e antes fazia roça de milho, mandioca e feijão, mas “de dois anos para cá não dá mais para cuidar de roça, por causa da idade”. Na propriedade tem mangabeira, mangueira e cajueiro.

Um dos acordos entre ele e o dono do estabelecimento foi que o seu pagamento seria oriundo da venda dos frutos coletados, relação observada em outras situações e denominada localmente de parceria.

A proibição da coleta no estabelecimento originou um conflito que gira em torno de acusações e disputas entre catadoras e caseiro. Entretanto, o conflito se agrava porque o caseiro também coleta mangaba nas áreas de acesso livre. A atitude é criticada pelas catadoras porque elas compreendem que ele deveria se restringir a área em que toma conta.

Segundo o caseiro, o estabelecimento fazia parte das áreas em aberto e a coleta era permitida. Porém, com a valorização da fruta, o crescimento da procura pelos cambistas⁷ para a compra dos frutos, a área foi cercada e o dono o contratou para vigiar e proibir a entrada de qualquer pessoa.

As entrevistadas não se referem ao caseiro como uma pessoa agressiva, mas ele afirmou: “eu não permito ninguém entrar na área” (J. C., 69 anos, caseiro). Apesar de nunca ter presenciado a coleta de mangaba na área pelas catadoras, ele não descarta a possibilidade de alguém coletar mangaba escondido, desrespeitando a sua proibição. No entanto, as catadoras, como nas outras áreas, observam o período das ausências do casal de caseiros no estabelecimento e entram para coletar. Portanto, não registramos nenhuma situação de confronto aberto entre o caseiro e as catadoras, só acusações indiretas.

Para as catadoras entrevistadas que já coletaram escondido no estabelecimento Maravilha, a justificativa para esta iniciativa foi o fato de que nas áreas de acesso livre quase não encontram mais frutos. Por isso, elas viveram o risco de entrar numa área cercada e proibida. Mas reconhecem que são poucas as mulheres que buscam essa alternativa.

No estabelecimento Maravilha, o grau de escalção do conflito é médio e o confronto é aberto. Porém existem alertas e ameaças indiretas do caseiro em relação à interdição da entrada das catadoras. Diferentemente dos demais, não se registram ameaças físicas. Do lado das catadoras, há insatisfações, porque o caseiro, além de ter área própria para realizar a coleta, ainda disputa com elas as mangabas na única área em que todos têm acesso livre. O nível de ação social é local, porque não ultrapassa esta esfera.

Estabelecimento Floresta

O estabelecimento Floresta tem 45ha e está localizado nas imediações da Rua da Mangabeira. É uma área cercada e pertence ao atual proprietário há 15 anos. Além de mangabeira, tem coqueiro, muricizeiro e cajueiro. O proprietário estava investindo na plantação de amendoim e na piscicultura. É engenheiro civil, com 60 anos, aposentado como sargento das Forças Armadas e proprietário de uma construtora no Estado do Pará. Ele é nativo do Pontal, mas reside na cidade do Recife há 16 anos.

Até 2010, o proprietário vinha esporadicamente ao povoado. Então, era o caseiro que coordenava todas as ações no estabelecimento, inclusive, a relação com as catadoras. A partir do final de 2010, o proprietário estava mais freqüentemente no estabelecimento e tinha a pretensão de realizar novos investimentos em suas áreas e ainda, articular a criação de uma cooperativa com produtores da região para comercializar a mangaba.

No caso específico do Pontal, os novos investimentos estão sendo motivadas pelas realizações de obras públicas nas imediações do povoado (construção de pontes e melhoria das rodovias). Essas obras fazem parte de um projeto maior de investimentos públicos que interligará o litoral sul de Sergipe com o litoral norte da Bahia. As mudanças são destacadas como importantes, conforme depoimento do proprietário do estabelecimento Floresta: “Estou investindo muito em minha área, apesar de ter mais prejuízo do que lucro, mas percebo que em breve terei retorno. Quando terminar a construção da ponte e a pista, o povoado será beneficiado” (P.F., proprietário, 60 anos).

No passado, quando o estabelecimento era de herdeiros, o acesso era permitido a todos. No presente, o seu proprietário ameaça de morte aquelas que ousarem entrar. “A ordem repassada para o caseiro é de atirar se encontrar alguém na área” afirmou uma entrevistada (E.M.S., catadora, 28 anos). Um fato relatado por uma catadora foi que há dois anos um rapaz entrou nesta área quando não havia ninguém vigiando e coletou mangaba e coco verde. Quando o proprietário tomou conhecimento providenciou para que o seu próprio filho fosse até a casa dos pais do rapaz pegar os cocos (o pai do rapaz é catador e caseiro de outra propriedade).

No geral, as catadoras são proibidas de entrar no estabelecimento. No entanto, negociações eram feitas para a coleta no sistema de meia por aquelas que têm relação de amizade com o caseiro. Fora da negociação, o caseiro ficava atento para a entrada de pessoas no sítio e, em alguns momentos, ele correu atrás das mulheres e de crianças.

Quando está no estabelecimento, o proprietário utiliza os frutos para o consumo doméstico e, como também para a comercialização, ora negociando com as catadoras, ora

permitindo que o caseiro realize a venda, cujos recursos eram utilizados para o pagamento do salário deste último. Uma catadora idosa informou que, por muito tempo, ela e as suas filhas coletaram mangaba de meia, como também, compravam a fruta naquele estabelecimento.

Mesmo que haja negociação dos frutos com algumas catadoras, a maioria das entrevistadas afirmou que escutaram situações de ameaças e temem o proprietário devido a sua posição nas Forças Armadas e ao poder que elas lhe atribuem na política. Segundo informam, este proprietário foi um dos responsáveis pela articulação do abaixo assinado contra a criação da Resex Litoral Sul em 2008. Sua alegação é que, com a criação da reserva, os proprietários perderiam as suas terras.

Atualmente, o proprietário está propondo a criação de uma cooperativa de beneficiamento para vender polpa das frutas e tem convidado as catadoras para se associarem. Porém, a intenção das entrevistadas é criar a sua própria cooperativa com o apoio da Petrobras⁸ no desenvolvimento de um projeto de beneficiamento das frutas.

Quanto às características apresentadas, o conflito no estabelecimento Floresta é de grau de escalação médio, porque envolve confronto aberto no estabelecimento. Apesar das ameaças de morte que o identificaria como escalação alta, as ameaças são indiretas, via informações do caseiro ou “boca a boca”. O conflito mantém-se em nível de ação social local, porque envolve diretamente os habitantes de uma comunidade. Entretanto o seu conteúdo fomenta as ações desenvolvidas pelas catadoras estadual e nacionalmente.

O Conflito entre Pares

Os conflitos que se desencadeiam entre as próprias catadoras podem ser agrupados em: i) conflitos entre as catadoras com terra e sem terra; ii) conflitos entre as catadoras que participam do PAA; e iii) conflitos entre as catadoras que residem nas ruas de cima e de baixo.

Conflitos entre as catadoras com terra e sem terra

De todas as catadoras de mangaba entrevistadas, 14% tiveram acesso à terra por meio de herança dos seus pais ou dos pais dos seus companheiros. As demais, que totalizam 86%, não possuem área própria. As primeiras residem nas ruas de cima e as demais nas ruas de baixo do Povoado Pontal.

Neste contexto, catadoras com terra tanto coletam nos seus estabelecimentos, quanto em áreas de livre acesso e as discordâncias se pronunciam, porque grande número das catadoras sem terra não concordam. Para elas, essas áreas deveriam estar disponíveis apenas para as catadoras que não têm terra. Isso é perceptível no diálogo reconstituído por uma catadora durante um encontro que ela teve com outra catadora de mangaba que tem terra: “você não têm as suas áreas, por que catam aqui?” (A.S.S., 24 anos, catadora sem terra); “aqui a área é pública, todo mundo pode catar” (V.C.M., 31 anos, catadora com terra). As divergências amparam-se na ideia de que o recurso é escasso e a situação atual é de concorrência acirrada.

O diálogo permite analisar que existem compreensões diferentes entre as catadoras quanto a quem teria direito ou não de coletar naquelas áreas, diferentemente do que havia sido constatado há anos em relação às regras ali prevaletentes de que todos poderiam coletar (SCHMITZ; MOTA; SILVA JUNIOR, 2009).

A desproporcionalidade do acesso a um bem valioso localmente, a terra, mesmo que em pequenos tamanhos, parece estimular uma reação à partilha de um recurso escasso entre as catadoras, por um lado. Por outro, há uma espécie de acordo em não se coletar em áreas pertencentes a um (a) pequeno(a) proprietário(a) que depende dela para sobreviver.

A discórdia se dá, entretanto, em relação ao uso do recurso comum pelos interessados. Muito embora a maioria das catadoras entrevistadas partilhe o desagrado, não é incomum encontrar catadoras que, mesmo sem terra, não se opõem ao uso das áreas de acesso livre pelas demais.

Uma catadora que toma conta de uma área pertencente a sua mãe informou que falta cuidado dos que entram lá sem permissão. A proprietária já quis cortar todas as mangabeiras, mas a sua filha não concordou, preocupada com a conservação ambiental. E como desabafo, disse: “Quando estou na área, ninguém entra! Mas eu sei que quando não estou, alguns invade pra catar. Eu sei que alguns sabe catar e outros esbagaçam” (D.T.S., 39 anos, catadora).

Esses conflitos encontram-se em níveis de ação social local e grau de escalação de baixo para médio, influenciados pelas mudanças de comportamento das catadoras a partir da valorização da fruta e do aumento das oportunidades da comercialização e do beneficiamento dos frutos. Por isso, os conflitos aparecem na forma de insatisfações, reclamações, desabafo, acusações e bate-bocas. Esses sentimentos surgem das catadoras que não têm área para realizar a coleta contra aquelas que têm áreas e também se beneficiam das áreas de acesso livre. Porém, não constatamos nenhuma agressão física entre elas e assim analisamos que pelas características apresentadas, o conflito entre as catadoras com e sem terra apresenta um grau de escalação considerado médio. O nível de ação social é local, porque envolve diretamente os habitantes de uma comunidade.

Conflito entre catadoras no PAA

As catadoras de mangaba iniciaram as suas participações no Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) por meio dos incentivos realizados por um dirigente da Associação Comunitária do Pontal em parceria com um membro da diretoria da Associação de Cooperação Agrícola dos Assentados da Região Sul (Ascotel), no final de 2007 e início de 2008.

Na primeira reunião de apresentação do PAA, estavam presentes 30 mulheres catadoras de mangaba, algumas de povoados vizinhos. Inicialmente, apenas seis quiseram participar da experiência, sendo este primeiro grupo constituído em torno de uma liderança (parentes e amigos). Influenciaram neste agrupamento tanto as relações de amizade preexistentes, quanto de confiança pelo fato de as demais participantes estarem conscientes de que a liderança tinha informações seguras quanto aos benefícios do PAA.

Duas explicações foram apresentadas pelos dois dirigentes quanto à participação reduzida das mulheres no momento inicial do PAA. A primeira, é que foi “por causa dos atravessadores que compravam e repassavam o pagamento logo” (T.M., 25 anos, liderança). No PAA só receberiam mensalmente. A segunda é que “a maioria não quis por desconfiança ou com receio de perder o recurso do defeso do caranguejo e da pesca” (A.N.S., 38 anos, Articulador do PAA) porque não sabiam se podiam ter acesso simultâneo a várias políticas. As explicações procedem tendo em vista que o valor oferecido pelo PAA, naquele momento, representava cinco vezes mais do que o valor pago pelos atravessadores às catadoras, mas a

imprecisão da época do pagamento gerava desconfiança acerca do recebimento vez que o pagamento pelos atravessadores era feito na hora da venda.

Além das explicações acima, em reunião realizada entre as catadoras de mangaba e pesquisadores no Povoado Pontal, em 2008, acusações ocorreram quanto à circulação das informações referentes ao PAA. Para o grupo que participou inicialmente, a informação foi socializada e todas sabiam que o PAA já estava em execução na localidade. Para algumas outras, houve egoísmo e elas só souberam depois.

Após a primeira experiência no PAA em 2007, o grupo começou a aumentar a partir de 2008, quando passou de seis para 21 participantes chegando a 50 mulheres em 2010. O número de integrantes tem oscilado devido ao pagamento não ser realizado em tempo hábil, influenciando, assim, para que 23% das entrevistadas comercializem as frutas com os atravessadores, os quais têm com elas, relação de confiança estabelecida há anos (MOTA; SCHMITZ; SILVA JÚNIOR, 2008).

Segundo informam as entrevistadas, o período de ocorrência dos conflitos é durante a safra de verão (novembro a janeiro), quando há maior disponibilidade das frutas de melhor qualidade e a concorrência pelo acesso se intensifica.

Estratégias são traçadas pelas catadoras e familiares (filhos e companheiros) para chegar cedo ao campo porque quanto mais cedo saírem de casa, maior a possibilidade de coletar frutos de boa qualidade. Portando ganchos⁹, baldes, sacos e carrinhos de mão, eles se organizam para ficar o maior tempo possível coletando as frutas no período da safra. Chegar ao campo e não encontrar nenhum fruto porque foram todos coletados pelos que chegaram primeiro, é motivo de grande aborrecimento e de questionamento do uso exclusivo de um recurso que é de todos. Esta constatação indica o questionamento de uma regra anteriormente compartilhada quanto à coleta em apenas algumas árvores por cada uma das catadoras, juntamente com os seus familiares, para que tivesse frutos para as demais.

A coleta de todos os frutos pelos que primeiro chegam indica a conformação de uma nova regra em relação ao quanto e como cada um pode colher. A questão é agravada em decorrência do fechamento das áreas pelos proprietários.

Apesar de a inserção de um maior número de catadoras de mangaba no PAA ocorrer num período mais recente (nos últimos dois anos), esse conflito encontra-se em um grau de escalação médio, onde acusações, xingamentos, bate-bocas acontecem. Como a coleta não acontece só nas áreas locais, mas ultrapassa os limites municipal, consideramos o conflito em nível de ação social estadual.

Conflitos entre as catadoras que residem nas ruas de cima e de baixo

As ruas de cima ficam próximas do campo de futebol, do Clube Comunitário e da entrada do povoado, todos localizados na parte mais antiga do Pontal, e habitadas pelos membros das primeiras famílias que ali se estabeleceram. As ruas de baixo se referem à Rua da Mangabeira e ao seu entorno, povoadas pelos que chegaram mais recentemente.

A situação de tensão é sentida pela totalidade das catadoras entrevistadas, das quais 38% são moradoras das ruas de cima e 62% das ruas de baixo. Muito embora ambas destaquem oralmente que as divergências se dão em torno do acesso às plantas, constatamos que vão além.

Neste tipo de conflito não há confronto aberto ou agressões físicas entre elas e sim acusações orais, particularmente na ausência das acusadas. As divergências se acirram porque

as catadoras que nasceram no povoado habitam nas ruas de cima e as catadoras que vieram de outros lugares para viver no Pontal residem nas ruas de baixo. As primeiras, associam às segundas ao maior uso dos recursos.

Uma proprietária entrevistada ressaltou o acesso “furtivo” às plantas no seu estabelecimento, reclamação comum dos proprietários no Pontal. Entretanto, ela responsabiliza as catadoras da Rua da Mangabeira que, segundo afirmou, independentemente de permissão para a realização da coleta, a realizam dentro e fora dos estabelecimentos. Esta atribuição de responsabilidade foi também identificada no depoimento de uma catadora com terra de uma das ruas de cima que afirmou: “hoje as catadoras lá de baixo tão pegando é tudo, num fica nada!” (C.B.S., 49 anos, catadora com terra).

Os proprietários afirmam que as catadoras da Rua da Mangabeira “não sabem catar”. Elas reagem e afirmam que fazem como sempre fizeram reconhecendo que a valorização das frutas no mercado local acirrou o egoísmo dos proprietários.

Para além das divergências em torno do cuidado com as plantas, sobressai o estranhamento entre os que residem em lugares diferentes. No imaginário local, os mais abastados (ou menos pobres) residem nas ruas de cima. Já os mais pobres residem nas ruas de baixo. Os primeiros são moradores mais antigos e os segundos são moradores que chegaram mais recentemente, de fora do povoado e de outros locais de Sergipe. Alguns entrevistados ressaltam essas pessoas “não gostam de trabalhar”.

A representação espacial foi estudada por Wagley (1988 [1953]) no Estado do Amazonas, refletindo como se davam as relações sociais entre os moradores das ruas próximas ao rio e das mais afastadas e a que camada social pertenciam. O autor descreve também a localização estratégica das repartições públicas existentes naquela localidade. Considerando a análise de Wagley quanto à organização das ruas, podemos perceber onde se encontravam os pobres a partir da diferenciação das moradias

Nas ruas mais afastadas do rio as casas são menos coloridas e mais desmanteladas e encontram-se numerosas cabanas cobertas de folhas de palmeira, onde mora a população mais pobre (WAGLEY, 1988[1953], p. 46).

De fato, como percebemos no Pontal, são nas “ruas de baixo” que visualizamos a diversidade de tipos de moradia que expressa a diferença de acesso a outros bens materiais (TV, geladeira, antenas parabólicas, etc.). Os diferentes tipos de casas vão desde as feitas de taipa e coberta com palhas, até aquelas já construídas em alvenaria. Entretanto, nas “ruas de cima” não é visualizada a existência de moradias com coberturas de palha. Isso pode ser um indicativo que demonstra que as condições socioeconômicas dessas famílias são melhores do que as famílias que moram nas ruas de baixo. No primeiro grupo percebemos a presença de funcionários públicos, comerciantes, proprietários. Enquanto no segundo grupo a presença significativa é de extrativistas, marisqueiras, pescadores e diaristas (homens e mulheres).

Na divergência entre proprietários e catadoras e entre as próprias catadoras, outros conteúdos existem associados aos lugares de morada que indicam tipos de residência, a partilha de comportamentos comuns (localmente chamados de “educação” ou “falta de educação”) e o acesso aos recursos. Estranhamentos opõem os diferentes, mas consensos e convivências também se evidenciam em outros eventos como as festividades, os jogos e a própria participação no MCM. Não obstante compreendamos a distância entre os diferentes contextos, Elias e Scotson (2000 [1965]) contribuem para que analisemos a tensão entre proprietários e

catadoras quando os autores tratam de dois grupos, designados de estabelecidos e outsiders. Os primeiros, fazem parte do primeiro grupo que por residirem a mais tempo no bairro, fundamentavam o seu poder no fato de ser um modelo moral para os outros e se apresentavam como grupo. Já os outsiders são considerados um conjunto heterogêneo e difuso de pessoas unidas por laços sociais menos intensos do que os primeiros, também considerados pouco organizados e responsáveis pela “desordem”.

Reportando-nos ao Pontal, consideramos os estabelecidos aqueles que moram há mais tempo e residem nas ruas de cima. Estes fazem parte dos que influenciam politicamente a vida local, além de terem acesso à terra e, conseqüentemente, aos recursos mais disputados: os frutos da mangabeira. Em contraste, os outsiders, ou residentes nas ruas de baixo, estão associados a desordens pelos das ruas de cima que se referem a esta parte do Povoado como a “favela” ou “periferia” do Pontal. O estranhamento se agrava especialmente nas disputas e concorrências relacionadas ao acesso aos recursos naturais, uma vez que estes últimos são acusados de quebrar os galhos, de coletar mangabas verdes, de entrarem nas áreas cercadas e, em suma, de quebrar as regras estabelecidas.

Catadoras das ruas de baixo percebem que algumas pessoas as tratam diferentemente: “os de cima se sentem o tal, superior” (A.S.S., 24 anos, catadora). Extrapolam o sentimento para as lideranças afirmando “elas nos excluem, deixam a gente de lado, de fora” (I.S.T., 42 anos, catadora).

Analisando comparativamente os conflitos entre as catadoras que residem nas diferentes ruas, ambas investem na afirmação das diferenças para reforçar o que acreditam serem as suas características. O acesso às plantas constituem o objeto central da disputa, mas não o único. A diferença quanto ao acesso à terra aparece muito fortemente como um elemento que para algumas seria definidor de quem deveria ter direito ao uso das áreas de acesso livre. Provavelmente, ele é decorrente da simultaneidade entre o fechamento das áreas e a maior valorização do fruto que gerou uma situação em que um maior número de catadoras depende das mesmas áreas. Além dos motivos que influenciam os conflitos acima elencados, o sentimento de pertença se revela também em todos os casos. Em uma situação ou em outra, contribuem para mobilizar elementos de diferenciação e identidade entre membros de uma mesma localidade.

Por fim, o conflito aqui apresentado encontra-se no nível de ação social local, pois acontece entre os moradores do Pontal, principalmente entre as catadoras. Porém, o seu grau de escalação é médio, influenciado pelas mudanças de comportamento frente à competição por uma maior quantidade de frutos, diante das oportunidades surgidas no beneficiamento e na comercialização. No entanto, a oferta tem sido menor do que a procura. A redução de áreas de mangabeiras e o aumento do número de pessoas para coletar proporcionaram uma corrida e quem chegar mais cedo leva a melhor. Na situação de mais gente e menos área, as catadoras estão fazendo uso de diversas estratégias para acessar os frutos da mangabeira e se mobilizam para aprovar a Resex na esperança de manter o acesso aos territórios tradicionalmente ocupados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse artigo, o objetivo foi analisar os conflitos pelo acesso aos recursos para a prática do extrativismo da mangaba por meio de um estudo de caso realizado no povoado Pontal, Indiaroba, Estado de Sergipe, Nordeste brasileiro.

Três tipos de conflitos estiveram sob análise: entre catadoras, proprietários e caseiros; entre as catadoras em torno da participação em políticas públicas; e entre as catadoras que residem em diferentes ruas.

Nos conflitos entre catadoras, proprietários de terras e caseiros, os envolvidos mobilizam diferentes estratégias para defender os seus interesses. Subjetivamente, a acusação recíproca é uma das mais usuais para desvalorizar o oponente e conquistar aliados. Objetivamente, o cercamento das áreas e o corte das árvores nativas se concretizam. Em reação, a persistência das catadoras em coletar nas áreas interditadas para garantir a sobrevivência.

Entre as próprias catadoras de mangaba, o objeto dos conflitos tanto são os frutos (em áreas de acesso livre, sujeitos a maior intensificação do uso após o cercamento das áreas, pela garantia de comercialização), quanto o sentimento de discriminação por parte de algumas que ainda não estão participando de programas de políticas públicas como o PAA. Em ambos os casos, a concorrência tem sido intensificada, seja para chegar primeiro às áreas de coleta, seja para pertencer aos quadros dos que farão parte dos programas mediante alianças com as lideranças. Nesta concorrência entre os diferentes atores, antigas regras têm sido questionadas, motivado discórdias, como também começam a ser reivindicadas novas regras.

Por meio do estudo dos conflitos, constatamos que o extrativismo no Pontal está sendo “re-significado”. O sentido atribuído às áreas de uso comum, as recentes negociações para a venda do fruto pelos proprietários às catadoras, a concorrência pelos frutos entre as próprias catadoras para vendê-los a preços justos e a diversificação da comercialização têm chamado a atenção para a importância de uma atividade tradicionalmente realizada pelas mulheres, mas só recentemente valorizada. Em decorrência, os homens começam a se interessar pela mesma mediante os maiores rendimentos que tem auferido.

Como parte da vida social, cada conflito é único e apresenta-se com grande dinamismo, ora eles se acirram, ora se amenizam com negociações para ter acesso às mangabeiras. Como foi destacado por Freund (1995), a disputa unifica os adversários em torno de um objeto comum, respaldado assim pelo pensamento Simmeliano de que o conflito “é causado por um objeto, pela vontade de ter ou controlar alguma coisa, pela raiva ou por vingança, tal objeto ou estado de coisas desejado cria as condições que sujeitam a luta a normas ou restrições aplicáveis a ambas as partes rivais” (SIMMEL, 1983 [1908], p. 133-134).

CONFLICTS OVER GATHERING MANGABA FRUITS IN SERGIPE: THE CASE OF THE VILLAGE PONTAL

Abstract: the article analyzes the social conflicts arising from disputes over access to mangaba trees to gather fruits. The findings show that the main reason of the conflict is the impediment to free access to the trees which traditionally existed; the conflicts between mangaba gatherer women and external actors prevail; and the collection activities have been re-significated by the establishment of new relations.

Keywords: Women. Gatherers. Social Conflict.

Notas

- 1 Está localizado a 18 km da sede do Município de Indiaroba (porção sudeste do município) e a 106 km da capital sergipana, Aracaju, sendo o acesso realizado pela rodovia SE-100, trecho Pontal-Convento.

- 2 Para Heredia (1988), os pequenos produtores “faziam uso, no passado, das parcelas que estavam localizadas fora dos limites das grandes propriedades, e eram por eles denominadas ‘terras de heréu’ ou ‘terras sem dono’. [...] a designação ‘terras de heréu’ parece fazer referência ao fato de que, não sendo cultivadas e/ou ocupadas por gado, essas áreas podiam ser usufruídas por quem delas necessitasse” (1988, p. 182).
- 3 O tempo dos antigos se refere ao período dos primeiros moradores responsáveis pela formação da comunidade.
- 4 Evitar agressões físicas.
- 5 Ousadia como um misto de coragem, necessidade e reconhecimento do próprio direito.
- 6 Cabueta na linguagem popular é uma pessoa fofoqueira, dedo duro, bajuladora, puxa-saco dos outros. Outras denominações para a palavra são: alcaçüete, caguêta e cagueta.
- 7 Alguns dos entrevistados utilizaram esse termo se referindo a atravessadores, como também utilizam o termo compradeira.
- 8 A Petrobras - Petróleo Brasileiro S/A é uma empresa estatal de economia mista. É através do seu Programa Petrobras Desenvolvimento & Cidadania que aprova projetos sociais. A Petrobras considera que essas áreas e públicos são campos potenciais para a produção de experiências que ajudem a melhorar a qualidade de vida da sociedade brasileira. Consulta ao site: <<http://www.petrobras.com.br/pt/>>. Acesso em: 09 nov. 2011.
- 9 O gancho é feito de arame e amarrado na ponta de uma vara comprida.

Referências

- ANDRADE, J. C. S.; RIBEIRO, M. T. F.; GÓES, M. de F. B.; VARGENS; E. da C. Conflitos e riscos sócio-ambientais: análise da relação entre o complexo Costa do Sauípe e atores locais. *RAP - Revista de Administração Pública*, Rio de Janeiro, v. 37, n. 2, p. 459-476, mar./abr. 2003.
- CARDOSO, L. F. C. e. *A constituição local: direito e território quilombola na comunidade de Bairro Alto, na Ilha de Marajó – Pará*. 2008. 258 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, UFSC, Florianópolis, 2008.
- COSER, L. A. Conflito. In: OUTHWAITE, W.; BOTTOMORE, T. *Dicionário do pensamento social do século XX*. Trad. Eduardo Francisco Alves; Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1996. p. 120-123.
- ELIAS, N.; SCOTSON, J. L. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma comunidade*. Trad. V. Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000. 224p. <Original: 1965>.
- FADIGAS, A. B. de M.; GARCIA, L. G.; HERNANDEZ, M. I. M. As contribuições das marisqueiras para uma gestão sócio-ambiental em reserva extrativistas. SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO 8 - CORPO, VIOLÊNCIA E PODER, 2008, Florianópolis. *Anais...* Florianópolis, UFSC, 2008. Disponível em: <http://www.fazendogenero.ufsc.br/8/sts/ST12/Fadigas-Garcia-Hernandez_12.pdf>. Acesso em: 01 mai. 2015.
- FERNANDES, T. *Entre campo e casa: a autonomia da mulher e o extrativismo da mangaba*. 2011. 138f. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) – UFPA, Embrapa Amazônia Oriental, Belém, 2011.
- FIGUEIREDO, L. D. *Empates nos babaçuais: do espaço doméstico ao espaço público - lutas de quebradeiras de coco babaçu no Maranhão*. 2005. 198f. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) – UFPA, Belém, 2005.
- FREUND, J. Préface. In: SIMMEL, G. *Le conflit*. Trad. S. Muller. Paris: Éditions Circé. 1995. p.7-17.

- GLASL, F. *Konfliktmanagement*. Ein Handbuch für Führungskräfte und Berater. 4.ed. Bern: Stuttgart: Haupt, Freies Geistesleben, 1997. 464p.
- HEREDIA, B. M. A. de. *Formas de dominação e espaço social: a modernização da agroindústria canavieira em Alagoas*. São Paulo, Marco Zero. 1988. p. 173-194.
- LAGO, R. T. *Babaçu livre e roças orgânicas: a luta das quebradeiras de coco babaçu do Maranhão em defesa dos babaçuais e em busca de formas alternativas de gestão dos recursos naturais*. 2002. 109 f. Dissertação (Mestrado em Agriculturas Familiares e Desenvolvimento Sustentável) – UFPA, Embrapa Amazônia Oriental, Belém, 2002.
- LIMA, I. L. P. *Etnobotânica Quantitativa de Plantas do Cerrado e Extrativismo da Mangaba (Hancornia speciosa Gomes) no Norte de Minas Gerais: Implicações para o Manejo Sustentável*. 2008. 106 f. Dissertação (Mestrado em Ecologia) –UnB, Brasília, 2008.
- MOTA, D. M. da; SILVA JUNIOR, J. F. da; GOMES, J. B. V. Lógicas de reprodução social de uma população tradicional de catadores de mangaba no Litoral Sul Sergipano. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO SOBRE A CULTURA DA MANGABA, 1., 2003, Aracaju. *Anais...* Aracaju: Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2003. (Resumo expandido). CD.
- MOTA, D. M. da; SCHMITZ, H.; SILVA JÚNIOR, J. F. da. Atores, canais de comercialização e consumo da mangaba no Nordeste brasileiro. *Revista de Economia e Sociologia Rural*. Brasília, v.46, n.1, p.121-143, jan./mar. 2008.
- MOTA, D. M. da; SILVA JÚNIOR, J. F. da; SCHMITZ, H.; RODRIGUES, R. F. de A. (eds.). *A Mangabeira. As Catadoras. O Extrativismo*. Belém: Embrapa, 2011. 303p.
- OLIVEIRA, J. B. *Trabalho e sociabilidade no sertão da Bahia: as “quebras” e “tiras” de licuri*. 2009. 137 f. Dissertação (Mestrado em Cultura, Memória e Desenvolvimento Regional) – Universidade do Estado da Bahia, Santo Antônio de Jesus – Bahia.
- PEREIRA, E. O. *Extrativismo da mangaba (Hancornia speciosa Gomes) no Povoado Alagamar, Pirambu - SE*. 2008. 88 f. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) – UFS, São Cristóvão, 2008.
- SANTOS, J. V. dos. *O papel das mulheres na conservação das áreas remanescentes de mangabeiras (Hancornia speciosa Gomes) em Sergipe*. 2007. 103 f. Dissertação (Mestrado em Agroecossistemas) –UFS, São Cristóvão, 2007.
- SCHMITZ, H.; MOTA, D.M. DA; SILVA JÚNIOR., J.F. DA; JESUS, N.B. Conflitos sociais em debate: o caso das catadoras de mangaba no Nordeste e Norte do Brasil. *Revista Estudos de Sociologia*, Recife, v.16, n.1, p.157-178, jan.-jun. 2010.
- SCHMITZ, H. *Partizipation und Partnerschaft: Bauern, Forscher und Berater in Brasilien*. Weikersheim: Margraf, 2005. 312p.
- SCHMITZ, H.; MOTA, D. M. DA; SILVA JÚNIOR, J. F. Gestão coletiva de bens comuns no extrativismo da mangaba no Nordeste do Brasil. *Ambiente & Sociedade*, Campinas, v. 12, n. 2, p. 273-292, jul.-dez. 2009.
- SCHMITZ, H.; MOTA, D. M. da; SILVA JÚNIOR, J. F. da; JESUS, N. B. de. Conflitos Sociais em Debate: O Caso das Catadoras de Mangaba no Nordeste e Norte do Brasil. *Revista Estudos de Sociologia*, Recife, v.16, n.1, p.157-178, jan.-jun. 2010.
- SILVA JUNIOR, J. F. da; MOTA, D. M. da; GOMES, J. B. V. Representações de uma população tradicional de catadores acerca do extrativismo da mangaba no Litoral Sul de Sergipe.

In: SIMPÓSIO BRASILEIRO SOBRE A CULTURA DA MANGABA, 1., 2003, Aracaju. *Anais...* Aracaju: Embrapa Tabuleiros Costeiros, 2003. CD. (Resumo expandido)

SIMONIAN, L. T. L. *Mulheres da Amazônia Brasileira: entre o trabalho e a cultura*. Belém, UFPA/NAEA. 2001. 270 p.

SIMMEL, G. A natureza do conflito. In: SIMMEL, G. *Sociologia*. Org. E de Moraes Filho. Trad. C. Pavanelli. São Paulo: Ática, 1983, p.122-164. <Original: 1908>.

WAGLEY, C. *Uma comunidade amazônica: estudo do homem nos trópicos*. Trad. C da S. Costa. 3.Ed. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da USP, 1988. 401p. <Original: 1953>.